



Domínio público/ Wikimedia Commons

A questão nacional no Centenário da Independência: uma nação em busca da modernidade

Marly Motta



resumo

A proposta do artigo é analisar a mobilização da intelectualidade brasileira no intuito de construir um Brasil moderno por ocasião da celebração dos cem anos da Independência (1922). Marcada pela missão de “fecundar ideias singulares”, nem por isso a “geração de 22” se furtou a buscar a modernidade através de uma integração crítica e seletiva das ideias que então circulavam na Europa. Essa integração desemboca em duas correntes de pensamento – a *tradição* e a *vanguarda* –, que disputam o papel de porta-vozes exclusivos do que deveria ser o Brasil moderno. Como resultado dessa busca por um “novo” país, examinamos o projeto intelectual que visou à desqualificação do Rio de Janeiro como “cabeça da nação”, e sua substituição por São Paulo, lócus de produção de uma nova identidade nacional.

Palavras-chave: modernidade; geração de 22; questão nacional; memória.

abstract

The paper's purpose is to analyze the mobilization of the Brazilian intellectuals to construct a modern Brazil at the Brazil Independence's centenary (1922). Marked by the proposal to “fertilize unique ideas” the “generation of 22” did not shy away from seeking modernity from the critical and selective integration of ideas that were circulated in Europe. This integration led to two streams of consciousness – tradition, and vanguard – that dispute the role of exclusive voices of what should be modern Brazil. As a result of this movement to search a new country, we examine the intellectual project that aimed to disqualify Rio de Janeiro as the “head of nation” in favor of São Paulo, the locus of the intellectual production of a new national identity.

Keywords: *modernity; generation of 22; national question; memory.*

O 7 DE SETEMBRO EM FOCO: O BRADO RETUMBANTE

“Em 1822, foi criado o próprio povo brasileiro [...]; a nossa personalidade histórica, o alicerce de nosso futuro, tudo isso é obra de uma data: o sete de setembro” (*Correio da Manhã*, 5/6/1920).

Que o 7 de setembro é um lugar de memória (Nora, 1984) da nação brasileira, sabemos todos. Afinal, não nos esquecemos dos desfiles embandeirados de verde-amarelo nas escolas, das paradas militares ao longo das principais avenidas das cidades, do feriado aproveitado para passeios ou descanso. Certamente as comemorações dos cem anos, em 1922, na vigência de Estado de sítio, ou do Sesquicentenário, em 1972, em plena ditadura militar, foram marcadas pelo

duplo sentimento, por certo paradoxal, de repúdio ao regime político então vigente e de celebração à liberdade conquistada com o “grito do Ipiranga”. Nada, no entanto, se equiparou ao 7 de setembro de 2021, a um ano da celebração do Bicentenário. Convocada pelo presidente Bolsonaro sob o signo do “Dia da Pátria”, a multidão, que se espremeu para gritar improperios contra o STF e o Congresso, instituições basilares do Estado democrático, aproveitou a *data magna* que marcou a liberdade da nação para clamar pela liberdade de negar a democracia e de exaltar uma intervenção militar no país. Estranha associação... Foi um tiro n’água, felizmente.

Ao contrário do que parece hoje, a elevação do 7 de setembro como “Dia da Pátria” resultou de um delicado processo simbólico que envolveu disputas entre várias outras datas. A República,

MARLY MOTTA é professora aposentada da FGV/RJ e autora de, entre outros, *A nação faz cem anos: a questão nacional no Centenário da Independência* (Editora FGV).

por exemplo, não viu com bons olhos o grito do Ipiranga proclamado pelo príncipe português. Afinal, o novo regime teria que lidar com a projeção de uma arquitetura simbólica do nacional, que marcasse a República como a verdadeira entidade representativa da sociedade como um todo. Apesar de o calendário cívico de inspiração positivista guardar o 7 de setembro como o dia da “Independência”, ao 15 de novembro foi destinado o lugar especial de dia da “comemoração da pátria”. No entanto, o grito do Ipiranga acabou se impondo como data maior da nacionalidade por um conjunto de fatores: pela necessidade de conciliação com os monarquistas, pela inviabilidade do 7 de abril de 1831, que marcou a saída de d. Pedro I do Brasil, de se consolidar como marco da ruptura com a metrópole e, sobretudo, pela maior habilidade da intelectualidade monarquista de impor o “seu passado”. De uma maneira ou de outra, o fato é que o 7 de setembro ganhou agora um relevo excepcional, que cresce à medida que, agora, em 2022, celebra-se os 200 anos da Independência. Não por acaso, torna-se cada vez mais pertinente o interesse pelos festejos do primeiro centenário, em 1922. Em meu caso particular, há um interesse ainda maior, já que este foi o tema de minha dissertação de mestrado, defendida em 1991 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ¹.

Podemos começar comparando as respectivas convocações para os festejos comemorativos, os de 1922 e os de 2022.

Por coincidência – ou não –, o primeiro chamamento, em ambos os casos, veio com uma antecedência de seis anos. Em 2016, o então presidente Michel Temer instituiu a Comissão Ministerial Brasil 200 anos, sob a coordenação do hoje extinto Ministério da Cultura. Atualmente ela se encontra nas mãos da Secretaria da Cultura, a qual tem sido cobrada por “não fazer nada”, ou, melhor dizendo, por ainda não ter lançado “nenhum brado retumbante para dar início aos festejos do Bicentenário da Independência”. A demanda comemorativa veio por meio da imprensa, e partiu de setores que se identificam como “nacionalistas” por aí perceberem uma excelente oportunidade para “valorizar os símbolos e as datas nacionais”. O Senado, por sua vez, criou também uma comissão do Bicentenário, esta entregue a um senador de esquerda, Randolfe Rodrigues (Rede/AP), que adiantou: “O Bicentenário não passará em branco. Se [o governo federal] não quiser comemorar, nós o faremos”². O secretário nacional de Cultura passou recibo e, dias depois, anunciou o lançamento de um edital para projetos audiovisuais com o objetivo de “resgatar a memória de todos os grandes heróis da nossa Independência”³.

A primeira chamada para a comemoração do Centenário ocorreu em janeiro de 1916, quando a *Revista do Brasil*, em seu primeiro número, anunciou a necessidade de se celebrar festivamente esse “primeiro

1 A dissertação foi publicada em: Motta (1992).

2 “O silêncio retumbante”, *O Globo*, 7/8/2021, segundo caderno, p. 1.

3 *O Globo*, 11/8/2021, segundo caderno, p. 5.

marco glorioso da existência nacional”. A “vigilância comemorativa” invadiu outros órgãos da imprensa menos comprometidos com a fé nacionalista, mas que, não obstante, nomeavam aqueles que deveriam necessariamente se “aparelhar para a grande data”: o Congresso, os institutos sábios, os artistas e literatos. A revista mensal de variedades *Eu Sei Tudo*, por exemplo, em artigo intitulado “Noventa e cinco anos de independência”, observava que “[...] com a aproximação do Centenário da nossa Independência parece que se afervora o culto cívico, o ardor patriótico pelo 7 de setembro ganhando intensidade de ano para ano” (Motta, 1992, p. 17).

O conteúdo de algumas das convocações para a celebração da nação centenária conduz a um universo de questões que remete a uma comunhão entre os feitos do passado – “indagando as *origens* aqui e ali” –, a situação presente – o Centenário como “um resumo da grande *tragicomédia nacional*” – e as perspectivas do futuro, já que seria a oportunidade de “grandes *rompimentos*, de tomar um bom lombrigueiro”. O tom das recomendações, às vezes resvalando para o deboche e o sarcasmo, revelava o grau de expectativa detonado pelo “faustoso” acontecimento. A um mês do 7 de setembro, veio a convocação geral: “Por mais que tapem os ouvidos [...], hão de ouvir o nosso zabumba [...]. Acordem, homens. O Centenário está chegando!” (Motta, 1992, pp. 16-7).

Este texto se divide em quatro partes. Na primeira, busco retratar a mobilização da intelectualidade brasileira no intuito de construir um Brasil moderno por ocasião da celebração dos cem anos da Independência. Nas partes subsequentes, apresento

duas correntes de pensamento – a *tradição* e a *vanguarda* –, as quais advogam para si o papel de porta-vozes exclusivos da modernidade do pós-guerra. Finalmente, examino o projeto intelectual que visou à elevação da capital bandeirante à condição de matriz dessa sonhada “moderna” nacionalidade brasileira dos anos 1920.

TUDO POR UMA NAÇÃO MODERNA!

“Não era esta a República dos meus sonhos”
(Oliveira Vianna).

Dos vários aspectos que têm marcado as novas abordagens sobre a década de 1920, pelo menos três devem ser especialmente destacados. Em primeiro lugar, a percepção da especificidade do período, em contraposição a uma tendência marcante na historiografia brasileira que via os anos 20 apenas como “explicativos dos 30”. Abandonada essa incômoda posição de “antecedente”, e iluminada por suas questões, os 20 passaram a ocupar um lugar e uma identidade próprios no panorama historiográfico. Ao mesmo tempo, não há como negar a sedução que a inquietação dessa década naturalmente exerce sobre a intelectualidade de um país sempre às voltas com o dilema de estar entre a catástrofe iminente e a esperança de algo novo: menos preocupada com influências ou heranças, a historiografia recente compartilha com a “geração de 22” a utopia da inserção do país na modernidade. Finalmente, é preciso destacar a abertura do leque de temas que particularmente marcaram o período. Ou seja, além dos eventos tradicionais – a fundação do PCB,

a Semana de Arte Moderna e a irrupção do movimento tenentista –, cujo lugar na memória e na historiografia nacionais foi cuidadosamente construído ao longo do tempo, verifica-se agora a introdução de objetos antes relegados a segundo plano. Refiro-me, por exemplo, à tensa sucessão presidencial de 1922, ou à organização de um centro do pensamento católico, como o Centro Dom Vital, ou ainda a propostas de reformas educacionais.

Em relação especificamente ao Centenário da Independência, este costumava ser marcado pela suspeição que comemorações coletivas despertavam na comunidade de historiadores. Tais celebrações, que encarnariam o artificialismo e o elitismo da ideologia dominante, poderiam interessar, se tanto, à dita história oficial. O estudo de Mona Ozouf sobre as festas da Revolução Francesa pode ser considerado um importante passo para a quebra de tais preconceitos (Ozouf, 1976). Destacando o caráter institucional do evento comemorativo pela massa de relatórios, discursos, projetos e propostas que lhe foram dedicados, a historiadora francesa enfatiza sobretudo o aspecto pedagógico da comemoração, chamada a se tornar a “professora da nação”. É, pois, no âmbito de uma corrente historiográfica preocupada com o delicado processo de construção das nações que se desenvolveram estudos sobre a constituição do *universo nacional*, ou seja, símbolos, práticas, comportamentos e valores que, ao definirem o que é comum a um grupo e o que o diferencia de outros, tornam-se elementos básicos da identidade nacional. “Datas magnas” – como o 4 de julho nos EUA, o 14 de julho na França, ou o 7 de setembro no Brasil

– são lugares de sacralização da nação e de identificação do nacional (Anderson, 1979; Hobsbawm, 1991; Oliveira, 1990; Skidmore, 1976; Carvalho, 1990).

Uma vasta documentação, especialmente representada por jornais, revistas, livros, congressos e palestras, indica efetivamente que a comemoração do Centenário mobilizou a intelectualidade dos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao forçar a busca das origens e a avaliação do papel das figuras históricas, ao julgar o passado colonial e as realizações republicanas, suscitou debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando de forma especialmente urgente o dilema da “tragicomédia nacional”. Parcelas dessa sociedade, através de seus intelectuais, políticos e líderes, se viram diante do desafio de responder: afinal, depois de cem anos, que país era aquele? Foram então formuladas novas interpretações e renovadas as anteriores. Umas e outras voltadas para o entendimento do presente, porém obrigadas a voltar ao passado – buscando “as origens aqui e ali” – e a projetar o futuro, criando um país à altura do século XX.

Em desacordo sobre os reais motivos do descompasso do país com a modernidade, divergindo em torno dos caminhos que a ela deveriam conduzir, a intelectualidade brasileira convergia, no entanto, na compreensão de que o Centenário seria o momento-chave em que tais questões deveriam ser discutidas. O grande desafio era, sem dúvida, romper com o passado recente, encarnado, por um lado, em uma *belle époque* falida após a Primeira Guerra Mundial e, por outro, em uma República que se revelou bem distante

dos sonhos dos primeiros republicanos. Ou seja, de qualquer maneira era preciso buscar novos parâmetros para definir uma nação moderna, já que o modelo até então consagrado parecia esgotado. Como veremos, essa preocupação estaria presente nas obras de Oliveira Vianna, Licínio Cardoso, Manoel Bomfim, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Alberto Torres, entre outros.

Marcada pela missão de “fecundar idéias singulares” – “basta de fecundação artificial”, bradou Ronald de Carvalho (Cardoso, 1924, p. 221) –, nem por isso a “geração de 22” se furtou a buscar a modernidade através de uma integração crítica e seletiva das ideias que então circulavam na Europa, e que revelariam o desmoronar de valores – o liberalismo, o racionalismo, o otimismo cientificista – que até então haviam sustentado a *belle époque*. O desencanto com os princípios racionais acentuou o papel do inconsciente, crescendo o interesse pelas filosofias que pregavam o predomínio dos sentimentos e emoções e apelavam para a imaginação. Ir ao fundo de nós mesmos significava, dentro dessa perspectiva, buscar as raízes, as forças primitivas e mitológicas que fundavam o nosso ser. Era fundamental fazer emergir o “verdadeiro espírito nacional”, relegado a segundo plano pelo encanto que a mágica cosmopolita prometera em grandiosas exposições universais. Em termos políticos, a decadência espreitaria o Estado liberal construído pela “burguesia conquistadora” ao longo do século XIX. A rejeição à “velha” política liberal de eleições e cadeiras no Parlamento, substituída pela organização do proletariado em

sindicatos e pela formação de uma ativa liderança que “guiasse as massas”, aproximava direita e esquerda, conquanto seus objetivos finais fossem distintos. Desse modo, o anti-intelectualismo, o antiliberalismo e o nacionalismo foram componentes que alimentaram o chamado *pensamento tradicionalista*, mas que foram igualmente levantados pelas *correntes de vanguarda* para demolir o que chamavam de “passadismo”. Abastecidas nas mesmas fontes, *tradição* e *vanguarda* reivindicaram para si o monopólio de portadoras da modernidade pós-guerra.

Do mesmo modo, a intelectualidade brasileira comprometida com a construção de um país moderno oscilou entre a *vanguarda* e a *tradição*. É marcante a diferença entre essas duas elites intelectuais: a primeira, ligada às ideias vanguardistas europeias, propunha a ruptura com os valores ditos clássicos, e buscava sintonizar a realidade nacional com o ritmo veloz e febril do novo mundo urbano e industrial; a outra, igualmente filiada a correntes internacionais, porém de caráter conservador, se distinguia pelo apelo aos valores da natureza e do campo, pelo repúdio ao industrialismo e à modalidade da vida urbana, litoralista, cosmopolita e liberal. Ambas se uniam pela oposição às pretensões da razão universal derrotada na guerra e advogavam a originalidade de cada nação. É claro que, como em todas as classificações excessivamente simples, a dicotomia por vezes torna-se artificial, uma verdadeira camisa de força. Porém, como todas as distinções encerram algum grau de verdade, a oposição *tradicionalismo x vanguarda* oferece um ponto de partida para a reflexão. Assim, não temos

dúvida sobre a diferença entre Oliveira Vianna e Mário de Andrade.

O BRASIL ESTÁ NO INTERIOR: OS AMANTES DA TRADIÇÃO

“É preciso frisar que o Brasil está no interior [...], nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja [...] sem um escrúpulo de *francesismo* a lhe aleijar a alma [...]. Romper com as ideias importadas significava deixar de ser caranguejo a arrANHAR o litoral” (Monteiro Lobato).

Elaborada em grande parte no âmbito da Action Française, movimento nacionalista francês fundado em 1889, a corrente tradicionalista, como foi dito antes, pregava que, ao se afastar do mundo natural por meio da artificialidade do maquinismo e do meio urbano, o homem teria perdido o contato com o que se considerava “reais virtudes da civilização”. A adesão aos valores “sólidos” da tradição rural, a filiação às correntes que pregavam um retorno à natureza, a valorização da atividade agrária frente à “ameaça industrialista” atraíam tanto os intelectuais da Reação Católica, como Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataíde, como os verde-amarelos, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo à frente, ou ainda Oliveira Vianna e Monteiro Lobato, membros de uma elite agrária em crise. Apesar das diferenças entre eles, havia uma crença comum de que a identidade nacional teria que ser buscada longe dos centros urbanos litorâneos corrompidos pelo “vício da imitação”. Romper com as ideias importadas significava deixar de ser caranguejo a arrANHAR o litoral.

Marcada pelo retomar do pensamento romântico, a corrente tradicionalista tendeu a privilegiar o espaço. A ideia da espacialização e da geografização do Brasil como referenciais para exprimir a *brasilidade* foi desenvolvida pelo grupo Verde-Amarelo, em especial por Plínio Salgado, cujos artigos escritos para o jornal *Correio Paulistano* foram posteriormente reunidos no livro *Geografia sentimental*. O espacial seria o elemento definidor do Brasil e garantidor de sua originalidade no quadro internacional, e a geografia, por isso mesmo, o instrumento mais adequado para uma reflexão sobre a nacionalidade brasileira. O mapa do Brasil devia se tornar objeto de culto cívico, pois a contemplação dos acidentes geográficos gerava o sentido profundo da unidade da pátria. Quem não se lembra do primeiro contato com o Brasil, “fazendo rios com tinta azul e montanhas com lápis marrom, traçando fronteiras com tinta vermelha...”? concluiu Plínio Salgado (Velloso, 1987, s/p). Afinal, se a avaliação dos cem anos de história parecia nos condenar, a geografia poderia nos redimir.

De maneira enfática, os tradicionalistas pregavam que, para enfrentar esse mundo do pós-guerra que parecia se desmanchar no ar, o homem moderno precisava de raízes ancoradas na *tradição nacional*, no “seio de um mundo harmonioso”, calcado na ordem e na coesão social. Considerado por parte da historiografia como apenas uma “manifestação ideológica dos setores agrários conservadores” frente ao crescente espaço ocupado pelos interesses industriais no panorama econômico e político, o chamado *pensamento agrá-*

rista ou *ruralista* expunha um projeto de identidade nacional, cuja matriz se inseriu no quadro de modelos interpretativos da nação brasileira (Gomes, 1980). Não resta dúvida de que tal projeto se ligou à certeza amplamente difundida de que a República litoralista e cosmopolita, nos moldes do “afrancesado” Rio de Janeiro, a capital federal, não trouxera – nem traria – o tão esperado “progresso que sintonizaria o país ao século XX”.

Seguindo essa linha de análise, pode-se concluir que a adesão a uma cultura artificial importada acriticamente teria impedido a intelectualidade de pensar a “nação real”. Preocupado com a tradução do especificamente nacional, buscando a linguagem autêntica e autônoma que transcendesse a mera cópia de um ecletismo afrancesado, Monteiro Lobato, por exemplo, reagiu violentamente à exposição de Anita Malfatti, em dezembro de 1917: “Sejamos sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e *tutti quanti* não passam de arte caricatural” (Monteiro Lobato apud Brito, 1971, pp. 53-4). Moderno seria o naturalismo, bem representado pelas obras de Almeida Junior, como *O caipira picando fumo*, arte brasileira, sem dúvida.

“FUJAMOS DA NATUREZA” – OS AMANTES DA VANGUARDA

“Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade” (Menotti Del Picchia).

“Fujamos da natureza”, essa era a palavra de ordem da *vanguarda*, ao marcar uma

opção de enfrentamento da modernidade radicalmente oposta à dos tradicionalistas. O *Manifesto futurista*, de Marinetti (1909), marcado pela apologia da “destruição dos museus, das bibliotecas, das academias” e pelo elogio das “grandes massas agitadas pela sublevação”, indicava o desejo, marcante na vanguarda europeia, de igualmente exaltar a vida moderna: só que não na natureza ou no sertão, e sim no maquinismo e no universo urbano. Para um expressivo grupo de intelectuais brasileiros, especialmente aqueles que dentro do Modernismo admiravam os cânones vanguardistas – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Villa-Lobos, para citar os principais –, era difícil acreditar que o Brasil estava representado em *O caipira picando fumo*. Modernidade residia, sim, no cubismo, no impressionismo e *tutti quanti*, em uma referência irônica a Monteiro Lobato, que havia criticado duramente a exposição de Anita Malfatti, em 1917.

Apesar de representar uma dentre as diversas correntes intelectuais que buscavam a modernidade, a *vanguarda* conseguiu uma grande vitória ao se apossar dos termos *Modernismo* para o seu movimento e *modernistas* para os seus membros. A oposição ao que chamavam de “passadismo”, a busca de sintonia com as vanguardas europeias, a adesão ao dinamismo da vida urbana e a seus novos valores revelavam o desejo de “salvar a nação e inventar o mundo”, conforme Mário de Andrade (1967). Foi a descoberta do poeta belga Verhaeren que o levou, inspirado em *Villes tentaculaires*, a fazer um livro de poesias em verso livre sobre São Paulo, *Pauliceia desvairada*. Del Pic-

chia foi explícito: nesse novo cenário, não haveria lugar para a “consciência ‘peri’, a arte ‘peri’ [...] símbolos da superstição pelo passado, que não pode(ria) continuar na era do automóvel e do aeroplano”. A incorporação do país centenário à ordem moderna, compreendida como urbana e industrial, precisava se afastar do “nacionalismo carro-de-boi, com Jeca, canto de cambaxirra e regato sussurrante...” (Del Picchia apud Motta, 1992, p. 39). As referências ao romantismo “peri” de José de Alencar e ao naturalismo do “Jeca” de Lobato eram claras. De Mário de Andrade partiu o brado “fujamos da natureza”, a alertar que não seria nas matas ou no sertão que se encontraria o tipo representativo da nacionalidade. O Parnasianismo, taxado de ultrapassado por aprisionar a linguagem nos cânones rígidos da métrica e da rima, era o alvo a ser atingido, liberando a palavra das amarras estéticas e deixando que ela circulasse em um universo de formas novas produzidas pela realidade urbano-industrial, pontuada pela presença do imigrante: “É o milagre do idioma e o contágio das tradições nacionais de que se impregnam as levas estrangeiras que aqui aportam, que *abrasileiram a nova raça*” (Del Picchia apud Motta, 1992, p. 40).

TRADIÇÃO E VANGUARDA, TEU NOME É SÃO PAULO

“Arranha-céus/Fordes/Viadutos/Um cheiro de café/No silêncio emoldurado” (Oswald de Andrade).

Um dos movimentos que resultaram dessa busca de um Brasil moderno para

fazer frente à celebração do Centenário da Independência foi o da desqualificação do Rio de Janeiro como “cabeça da nação” e sua substituição por São Paulo, locus de produção de uma nova identidade nacional. Litoralista, desligada dos valores autenticamente nacionais, passadista, dependente do Estado, a capital federal estaria associada a uma República taxada como falida e corrupta. Já São Paulo seria o resultado de uma perfeita simbiose das qualidades da vida rural com as do progresso urbano, solução para conjugar a vitória do industrialismo com os valores “profundos e autênticos” da nação. No entanto, o sucesso desse empreendimento dependeria da elaboração de uma argumentação sólida e abrangente, de caráter político, econômico, social e, sobretudo, cultural, capaz de garantir a São Paulo o lugar privilegiado de formador do “espírito nacional”. Que momento seria mais adequado para lançar esse projeto ambicioso do que o da comemoração do Centenário da Independência?

Sendo assim, seria no terreno fluido da memória do passado onde se travariam os mais duros combates em favor da “metrópole bandeirante”, justamente quando, por força da celebração do centenário da nação, buscava-se uma nova matriz capaz de conciliar os valores da modernidade dos “arranha-céus, fordes, viadutos” com os da brasilidade do “cheiro do café”. Em artigo publicado no *Correio Paulistano* de 8 de setembro de 1922, Júlio Prestes, futuro presidente do estado de São Paulo, apresentava as razões pelas quais a capital paulistana teria sido o centro das comemorações do Centenário da Independência:

“[...] por ela se fez a primeira conquista [...]; por ela penetrou na América a civilização latina [...]; por ela, os patriarcas da nossa emancipação política conduziram dom Pedro I ao grito de ‘Independência ou morte’; por ela, a escravidão voltou à liberdade; por ela, galvanizou o Brasil com os clarões de sua fé republicana [...]” (Júlio Prestes apud Motta, 1992, p. 106).

É fácil perceber que a construção dessa memória se assentou na confluência de elementos da geografia e da história, combinados de uma maneira especial para firmar a crença de que São Paulo era o “berço da nação”. Seguindo o roteiro traçado por Júlio Prestes, a cidade bandeirante foi apresentada como centro irradiador da “primeira conquista” do território da colônia (Vila de São Vicente) e eixo de penetração da “civilização latina” no interior (as bandeiras). Afastados do litoral pela barreira da Serra do Mar, atraídos pelos rios que corriam para o “sertão”, os bandeirantes de Piratininga, longe dos olhos da Coroa, puderam desenvolver, graças a essas peculiares circunstâncias geográficas, um *éthos* próprio baseado em valores como “amor ao trabalho, à ordem, à disciplina, à determinação, à ação e ao pragmatismo”. Importante seria atualizar a imagem do bandeirante – “pioneiro, desbravador e empreendedor” –, restaurando uma linha de continuidade entre passado, presente e futuro. Herdeira desses valores, a elite paulista estaria, mais do que qualquer outra, apta a guiar o país em busca de novos rumos que o conduzissem ao mundo moderno.

Era sabido, no entanto, que o principal centro dos eventos comemorativos seria

a capital federal – tradicional vitrine da nação –, onde se realizaria a “Exposição Universal do Centenário da Independência” (Motta, 1992, cap. 3). São Paulo, no entanto, não ficaria para trás, e, como revelou Mário de Andrade, a cidade “se agitava com a aproximação do Centenário” (Andrade apud Amaral, 1979, p. 65). Essa “agitação” refletia a compreensão de que este seria um momento-chave para a afirmação da capital paulista diante da “outra”, o Rio de Janeiro. Sugestivamente intitulado “A bandeira futurista”, o artigo de Del Picchia narrando a viagem de Mário e Oswald de Andrade ao Rio de Janeiro é um primor para ilustrar que “a província se adiantara à metrópole”: “Os ‘bandeirantes’ de hoje [...] seguem rumo da capital federal [...] para arrostar o perigo do *parnasianismo* ainda vitorioso na terra do defunto Estácio de Sá” (Del Picchia apud Motta, 1992, p. 92, grifos nossos).

Não por acaso, a construção de um monumento dedicado aos bandeirantes foi sugerida pelo então presidente do estado de São Paulo, Washington Luís, para o que constituiu uma comissão composta de Monteiro Lobato, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade. Garantia de perennidade, promessa de eternidade, o monumento histórico trabalha pela continuidade de uma representação da história, bem como define uma ordem simbólica do passado (Le Goff, 1990). Não foi diferente com o *Monumento às Bandeiras*. O escultor Victor Brecheret, bastante admirado pela vanguarda paulista, foi encarregado de apresentar um projeto. No memorial que acompanhou a maquete, bem como nos elogios que a ela foram dedicados, é possível perceber que a força simbólica

do monumento residia em dois aspectos: forjava a imagem dos “bravos paulistas como a expressão máxima do heroísmo e da glória da raça brasileira” e, acima de tudo, reiterava o caráter da “arte paulista”, a qual, ao conjugar brasilidade e modernidade, se distanciava da “velharia e do arcaísmo que costumavam enfeitar os salões da capital federal”, aproveitou Del Picchia (apud Motta, 1992, p. 105) para espetar os cariocas.

Os bandeirantes eram apenas um dos trunfos que São Paulo possuía para se situar favoravelmente na disputa pela memória da nação centenária. Desde 1912, já estavam assegurados os recursos necessários à execução do *Monumento do Ipiranga*, destinado a fixar no bronze a lembrança do lugar onde o príncipe d. Pedro havia proferido o grito libertador, e outorgado ao país a sua maioria política. Inaugurado em 7 de setembro, ainda que inacabado, o monumento teria cumprido a sua missão, qual seja, a de recuperar a “verdade histórica”, colocando São Paulo no palco principal dos eventos comemorativos de 1922. Afinal, para os paulistas a data tinha o duplo caráter de uma celebração local e nacional.

Por meio dos fios da continuidade, São Paulo tecia a sua tradição (Hobsbawn & Ranger, 1984). Inventou as bandeiras desbravadoras do território nacional, e os bandeirantes empreendedores e disciplinados, elevando-os à condição de eventos e personagens fundadores da história nacional. Transformou o Riacho do Ipiranga em solo sagrado da pátria livre, e José Bonifácio no “patriarca da Independência”: nascido em Santos, foi elevado à condição de “mentor” do 7 de setembro. Se o fato de ser paulista

contribuiu para seu ingresso no panteão dos “pais da pátria”, é certo que a defesa que fez da ordem e da centralização como elementos básicos da jovem nação, na direção oposta ao “idealismo liberal” que acabara vingando na Constituição republicana de 1891, agradava àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país⁴.

Mas os “moços de São Paulo” queriam mais, muito mais, para este Centenário de 22. Desde 1920, Tarsila, Mário, Menotti, Oswald, entre outros, pretendiam transformar essa celebração em algo que fosse a “expressão do Brasil inteligente”, em marco inaugural da hegemonia cultural de São Paulo. O desafio à supremacia até então irrefutável do Rio de Janeiro – ironicamente chamada de *Camelote*, em referência à corte do rei Arthur – seria o elo que uniria variadas vertentes do Modernismo paulista na montagem do evento conhecido como Semana de Arte Moderna, realizado no Theatro Municipal entre 13 e 17 de fevereiro de 1922. Coube a Mário de Andrade definir a “contribuição” que São Paulo ofereceria a uma nação centenária que buscava se inserir na modernidade do pós-guerra:

“A hegemonia artística da corte não existe mais [...]. Quem primeiro manifestou a desejo de construir sobre novas bases a

4 Sobre José Bonifácio como “patriarca da Independência”, ver: Motta (2011). Esse texto foi apresentado no Colóquio Internacional “A experiência da Primeira República: Portugal e Brasil”, organizado pelo CEIS-20, da Universidade de Coimbra, e pelo CPDOC-FGV, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no Arquivo Distrital de Leiria, entre 5 e 7 de maio de 2010.

pintura? São Paulo com Anita Malfatti. Quem apresenta ao mundo o maior e mais moderno escultor da América do Sul? São Paulo com Brecheret. Onde primeiro a poesia se tornou veículo da sensibilidade moderna livre da grisalhada da rima e das correias da métrica? Em São Paulo” (Andrade apud Motta, 1992, p. 108).

Com a *Pauliceia desvairada*, de Mário de Andrade, completo eu.

Diante do desafio de comemorar o Centenário da Independência, a geração intelectual de 1922 produziu novas e variadas explicações do Brasil marcadas pelo desafio de compreender o país, de repensá-lo e, principalmente, de salvá-lo. A própria dinâmica da celebração – o balanço obrigatório dos feitos do passado, a avaliação do presente de realizações frustradas, a perspectiva de um futuro incerto – estimulava a produção acelerada de significações do que fora essa nação, do que era àquela altura e do que deveria ser no futuro. Essa produção resultou na configuração de um imaginário nacional – firmado na invenção de novas tradições e na construção de novos marcos simbólicos – que teve uma permanência marcante na mentalidade coletiva. As inter-

pretações que os pensadores de 22 deram para o Brasil inauguraram novos estilos de pensar o país, sua história, seus dilemas do presente e suas perspectivas do futuro. Institucionalizadas, tais ideias se tornaram referências constantes em programas de governo. Formaram discípulos, seguidores e dissidentes, e, principalmente, tornaram-se marcos obrigatórios de reflexão e ação para aqueles que insistiram e ainda insistem em “desvendar” a questão nacional.

Publiquei minha dissertação de mestrado no distante ano de 1992, quando se comemorava os 170 anos do 7 de setembro, e me lembro de pensar, então, o que seria do “amanhã” do Brasil, ou seja, que questões estariam na mesa em 2022. Saídos de uma ditadura havia poucos anos, tendo eleito por voto direto um presidente da República (1989) prestes a ser afastado por um processo de *impeachment*, lutávamos pela consolidação do regime democrático tão duramente conquistado. Seduzida pelas inquietações da geração de 1922 em relação a um país sempre às voltas com o desalento diante da “tragicomédia nacional” e a catástrofe iminente, nunca imaginei que agora, às vésperas do Bicentenário, estivéssemos, talvez mais do que nunca, em busca de respostas para a pergunta que insiste em não se calar: afinal, que país é este? Responda quem puder...

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro, Ática, 1979.
- ANDRADE, M. de. "O movimento modernista", in *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo, Martins, 1967.
- BRITO, M. da S. *História do Modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, R. de. "Bases da nacionalidade brasileira", in V. L. Cardoso (org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do Anuario do Brasil, 1924.
- GOMES, E. R. *Campo contra cidade – a reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político-social brasileiro (1910-1935)*. Rio de Janeiro, Luperj, 1980.
- HOBBSBAWN, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- HOBBSBAWN, E. "Introdução: a invenção das tradições", in E. Hobsbawn; T. Ranger (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- MORAES, E. J. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MOTTA, M. S. da. *A nação faz anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1992.
- MOTTA, M. "1922, o Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão", in A. Mourão; A. de C. Gomes (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011, pp. 233-50.
- NORA, P. (org.). *Les lieux de mémoire* (vol. I, *La République*). Paris, Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- OZOUF, M. *La fête révolutionnaire; 1789-1799*. Paris, Gallimard, 1976.
- VELLOSO, M. P. *A brasilidade verde-amarela; nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1987.